

# A FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA NO CONGRESSO NACIONAL: Representatividade Política dos Evangélicos?

## THE EVANGELICAL PARLIAMENTARY FRONT IN THE NATIONAL CONGRESS: Political Representativeness of Evangelicals?

**Antonia Rozimar Machado e Rocha<sup>1</sup>**

UFC: <https://orcid.org/0000-0003-4439-5940>

**Francisco Samuel de Sousa e Silva<sup>2</sup>**

UFC: <https://orcid.org/0000-0001-9768-0206>

**Amanda Alves Barreto<sup>3</sup>**

UECE: <https://orcid.org/0000-0001-9473-8564>

DOI: [10.21680/1982-1662.2021v4n32ID25787](https://doi.org/10.21680/1982-1662.2021v4n32ID25787)

### Resumo

O presente artigo traz à baila a análise da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional (FPE) que reivindica para si o status quo de representante dos evangélicos brasileiros, sendo estes o segmento social que mais cresceu no período intercensitário de 2000 a 2010. A FPE atualmente é composta por 195 deputados e 08 senadores que juntos respondem por um bloco de 20 partidos políticos, sendo uma das bancadas mais atuantes do Congresso Nacional. Portanto, objetiva-se com esta pesquisa analisar o crescimento da FPE e quais as reais influências e controle desta sobre a fidelidade partidária e votos dos seus membros e da comunidade evangélica. A metodologia

---

<sup>1</sup> E-mail: [profa.rosemachado@gmail.com](mailto:profa.rosemachado@gmail.com)

<sup>2</sup> E-mail: [samicks2@yahoo.com.br](mailto:samicks2@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> E-mail: [amandalves.barreto@gmail.com](mailto:amandalves.barreto@gmail.com)

aplicada é de natureza qualitativa a partir de estudos bibliográfico e documental, sob um prisma histórico-dialético. Pode-se concluir, provisoriamente, que a Frente Parlamentar Evangélica reivindica a outorga da representatividade da comunidade evangélica, mas, na prática, age mais de forma reativa do que propositiva, ademais, não controla majoritariamente os votos dos evangélicos brasileiros.

**Palavras-chave:** Frente Parlamentar Evangélica. Representatividade Política. Pentecostais e Política. Religião.

### **Abstract**

This article presents an analysis of the Evangelical Parliamentary Front in the National Congress (FPE) which claims for itself the status quo of representative of Brazilian evangelicals, which is the social segment that grew the most in the intercensus period from 2000 to 2010. FPE currently comprises 195 deputies and 08 senators that together account for a block of 20 political parties, being one of the most active benches in the National Congress. The objective of this research is to analyze the representativeness of the FPE and what are the real influences and control of it in the party fidelity and in the votes of its members and of the evangelical community. The methodology applied is qualitative in nature, based on bibliographic and documental studies, in a historical-dialectical perspective. It can be provisionally concluded that the Evangelical Parliamentary Front claims the concession of the representation of the Evangelical community, but, in practice, it does not represent them. As for its influence, it acts more reactively than purposefully, in fact, it does not control the majority of the votes of Brazilian evangelicals.

**Keywords:** Evangelical Parliamentary Front. Political Representativeness. Pentecostals and Politics. Religion.

## FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA: uma breve diacronia

A relação entre Estado<sup>4</sup> e igreja no Brasil remonta ao Período Colonial, sendo marcante a influência da Igreja Católica Apostólica Romana na política imperial. Com o advento da 1ª Constituição nacional, outorgada pelo imperador Dom Pedro I em 1824, a religião católica foi declarada credo estatal. Somente após a proclamação da República, mais precisamente, com a promulgação da Constituição de 1891<sup>5</sup>, o Brasil passou a ser formalmente um Estado laico, permitindo-se os cultos públicos de outras religiões.

A laicidade impetrada, no entanto, não impediu o estreitamento do enlace entre política e religião, cuja influência é sentida ainda no preâmbulo da Constituição de 1988, promulgada “sob a proteção de Deus”.

Em um país majoritariamente religioso, destacam-se os números trazidos pelo censo do IBGE de 2010<sup>6</sup>, revelando que apenas 15,3 milhões de pessoas declararam não ter religião. Por outro lado, tem-se um universo com 123,3 milhões de pessoas que se declararam católicas e 42,3 milhões de pessoas se declararam evangélicas<sup>7</sup>, sendo este o segmento religioso que mais cresce no país, principalmente as denominações pentecostais<sup>8</sup>.

Considerando o crescimento exponencial da comunidade evangélica nas últimas décadas, dá-se ênfase para a influência das igrejas cristãs pentecostais<sup>9</sup> na política brasileira, notadamente no âmbito do Congresso Nacional. Cabe ressaltar que a atuação desta vertente religiosa na política não é linear e foi ganhando espaço à medida que se compreendeu a necessidade de representação dos valores cristãos e, em certo grau, o desejo de implementá-los na esfera pública.

<sup>4</sup> Para conhecer a ideia Cristã de Estado consultar Herman Dooyweerd Estado e Soberania: ensaios sobre cristianismo e política, São Paulo: Vida Nova, 2014.

<sup>5</sup> Cabe consignar que antes da Constituição de 1891, Marechal Deodoro da Fonseca, através do Decreto nº 119-A de 7 de janeiro de 1890, proibiu a intervenção estatal em matéria religiosa.

<sup>6</sup> Até o fechamento deste trabalho, o último censo realizado no Brasil foi no ano de 2010. Para maiores detalhes, acessar <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/22107>>. Acesso em 24 de maio de 2021.

<sup>7</sup> Em 1980 a comunidade evangélica correspondia a apenas 6,6% saltando em 2010 para 22,2% da população brasileira.

<sup>8</sup> Dentre as variadas denominações evangélicas os pentecostais se destacam por corresponder a aproximadamente 25,3 milhões de pessoas, isto é, 60% dos declarados evangélicos. Para maiores informações consultar: <<https://www.nexojournal.com.br/externo/2019/12/09/O-crescimento-da-f%C3%A9-evang%C3%A9lica>>. Acesso em 18 de junho de 2021.

<sup>9</sup> “Tendo início com um pequeno grupo de pessoas em 1901, os pentecostais cresceram numericamente até se tornar a maior família protestante do mundo do início do século XXI. Contando com mais de 200 milhões de membros identificados como “pentecostais denominacionais”, o grupo ultrapassou as denominações históricas e tornou-se a segunda maior família denominacional cristã, superada em número apenas pelos católicos romanos” (SYNAN, 2009, p.15).

Para Guadalupe (2020, p.21), a diversidade religiosa no Brasil foi um dos fatores que contribuiu para “formalmente inserir na política nacional as grandes igrejas cristãs, que não têm mais o receio em participar ‘oficialmente’ na política partidária por meio de um ‘voto denominacional’”.

Até meados de 1970, a participação dos evangélicos pentecostais na política nacional era pequena e foi a partir de 1986, com o início do processo de redemocratização do Brasil, que passaram a ter de fato expressividade política<sup>10</sup>. Dentre as características da atuação dos evangélicos pentecostais na política, sem prejuízo de outras, destacam-se:

- a) corporativismo associado à construção de uma representação autônoma; b) candidaturas oficiais, predominantemente clericais, sem “partido evangélico” próprio e com diversidade de opções partidárias, ainda que prevalentemente de centro-direita e direita; c) sonho de eleger um presidente evangélico e de conseguir ter evangélicos em todas as posições-chave da vida pública; d) perfil social popular de representação, com escolaridade abaixo da média do Congresso e predominância de pardos e pretos, embora paulatinamente privilegiando empresários (de vários portes), e com retórica destoante do estilo parlamentar dominante; e) concentração em relativamente poucas igrejas bem-sucedidas - principalmente as três Assembleia de Deus (AD), a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e a Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ), com variantes estratégicas, ao longo do período (BURITY, 2020, p. 201).

Nesse sentido, visando à articulação dos parlamentares evangélicos eleitos e a defesa de “pautas cristãs”, foi instituída em 2003, no âmbito do Poder Legislativo, a Frente Parlamentar<sup>11</sup> Evangélica do Congresso Nacional, atualmente presidida por Silas Câmara (Republicanos-AM), Deputado Federal e pastor da igreja Assembleia de Deus.

A Frente Parlamentar Evangélica - FPE<sup>12</sup>, também conhecida como a “bancada evangélica”, na atual legislatura do Congresso Nacional conta com a participação de 195 deputados federais e 08 senadores<sup>13</sup>. Vale ressaltar que nem todos os membros são

<sup>10</sup> Com o resultado do pleito eleitoral de 1986, “os evangélicos triplicaram sua representação na Câmara Federal e, os pentecostais, de um só golpe, compuseram 60% da nova bancada” (BURITY, 2020, p. 202).

<sup>11</sup> Considera-se Frente Parlamentar a associação suprapartidária de pelo menos um terço de membros do Poder Legislativo Federal, destinada a promover o aprimoramento da legislação federal sobre determinado setor da sociedade (CAMPELO, 2018, p.27).

<sup>12</sup> O artigo 1º do Estatuto da Frente Parlamentar Evangélica a denomina como uma “associação civil, de natureza não governamental, constituída no âmbito do Congresso Nacional e integrada por Deputados Federais e Senadores da República Federativa do Brasil”.

<sup>13</sup> Distribuição da FPE por partidos: PL: 19; PP: 14; PT:04; DEM:10; PATRIOTA: 06; PDT:04; PSDB: 12; PSD: 28; PSC: 08; REPUBLICANOS: 25; PSL: 27; PROS: 04; PSB: 06; MDB: 13; SOLIDARIEDADE: 06; NOVO: 01; AVANTE: 04; PODE: 03; PTB: 04; CIDADANIA: 02. Para conhecer a lista completa com os nomes,

evangélicos<sup>14</sup>, havendo na sua composição, por exemplo, parlamentares católicos e de outras religiões.

Entre seus membros, destacam-se personalidades de grande influência no Congresso Nacional como o deputado federal Arthur Lira (PP-AL) e o senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), atuais presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, respectivamente. Destacam-se também os deputados federais Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), o Pastor Marcos Feliciano (Republicanos-SP) - ambos com manifestações em defesa de “valores conservadores e cristãos” - e a Deputada Federal Bia Kicis (PSL-DF), atual presidente da Comissão de Constituição e Justiça (período 2019 - 2023).

Na Ata da Eleição e Posse da Nova Diretoria da Frente Parlamentar Evangélica da 56ª legislatura (mandato 2019 a 2020) constam as propostas do deputado Silas Câmara (Republicanos-AM), eleito presidente da associação, estando dentre elas a construção de “uma agenda Brasil+cristão+informado e preparado” e uma “pauta de formalização de nossos costumes e princípios pelos quais lutamos e acreditamos”<sup>15</sup>.

Portanto, a atuação desta Frente Parlamentar gira em torno de pautas relativas à “proteção da família”, “da vida humana” e dos “excluídos”, estando dentre as suas finalidades a “inovação da legislação necessária à promoção de políticas públicas [...] combinados com os propósitos de Deus e conforme Sua Palavra” (artigo, 2º, III do Estatuto da Frente Parlamentar Evangélica).

O Projeto de Lei nº 612/2011, que tramitou no Senado Federal, visando o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo, por exemplo, sofreu fortes ataques por parte de membros da FPE, sobretudo do ex-senador e pastor Magno Malta (PR-ES), o qual solicitou uma modificação sob a justificativa de que “a Constituição Federal consagra o casamento como a união entre um homem e uma mulher não podendo, portanto, o Código Civil prever situação diferente”<sup>16</sup>.

Com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, havia na FPE a expectativa de que “agora, ao invés de segurar a pauta da esquerda, nós vamos é pautar nossos assuntos.

---

partidos e estados de origem de todos os deputados federais e senadores que compõe a FPE, acessar o site da Câmara dos Deputados, disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54010>>.

<sup>14</sup> Ao considerar essa diversidade é que Barreto (2019), também a chama de Frente Parlamentar Religiosa.

<sup>15</sup> O Estatuto da Frente Parlamentar Evangélica e a Ata da Eleição e Posse da Nova Diretoria da Frente Parlamentar Evangélica da 56ª legislatura (mandato 2019 a 2020) poderá ser encontrada através do link <[https://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente\\_Parlamentar/54010-integra.pdf](https://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/54010-integra.pdf)>.

<sup>16</sup> Emenda modificativa disponível em <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=5086490&disposition=inline>>. Acesso em 28 de maio de 2021.

A esquerda que trate de obstruir para segurar os nossos projetos. O jogo se inverteu” (Fala do Deputado Sóstenes Cavalcante - DEM-RJ em comemoração ao crescimento dos partidos de direita no Congresso Nacional) <sup>17</sup>. Em 2019, foi realizada a Conferência Nacional da Frente Parlamentar Evangélica, cujo tema foi “os desafios para a construção do novo Brasil numa perspectiva Cristã”, tendo, por exemplo, painéis como “o papel da Igreja no futuro da educação no Brasil” e “o Poder Judiciário na perspectiva da cidadania Cristã”.

São outros exemplos de projetos de lei propostos e/ou defendidos pela FPE:

**Quadro 01: Projetos de Lei Propostos pela PFE.**

<p><b>“Ideologia de gênero” (PL 2594/2021)</b>          Autor: Dep. Pastor Gil (PL-MA)</p>	<p>Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente no sentido de vedar a exibição de publicidade na programação televisiva e no rádio com a participação de atores infanto-juvenil ou voltada para este público com conteúdo que se refira à temas relacionados a gênero e a ideologia de gênero, orientação sexual ou diversidade sexual.</p>
<p><b>Aborto (PL 232/2021)</b>          Autoras: Dep. Carla Zambelli (PSL-SP) e Dep. Major Fabiana (PSL-RJ)</p>	<p>Altera o inciso IV do artigo 3º da lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, para tornar obrigatória a apresentação de Boletim de Ocorrência com exame de corpo de delito positivo que ateste a veracidade do estupro, para realização de aborto decorrente de violência sexual, sob a justificativa de que no atual contexto brasileiro, não há obrigatoriedade da comprovação do abuso sexual para realização do aborto, o que configura uma abertura maior para pessoas adeptas à ideologia do aborto como, por exemplo, mulheres que não são vítimas de violência sexual, mas procuram o atendimento do SUS para interromper a gravidez indesejada.</p>
<p><b>Células-tronco (PL 299/2021)</b>          Autora: Dep. Chris Tonietto (PSL-RJ)</p>	<p>Dá nova redação ao artigo 5º da Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, a fim de proibir qualquer forma de manipulação experimental, comercialização e descarte de embriões humanos.          O Projeto de Lei tem por objetivo vedar a utilização de células-tronco extraídas de embriões humanos, bem como proibir o seu descarte e a sua comercialização.</p>
<p><b>Estatuto do Nascituro (PL 434/2021)</b>          Autora: Dep. Chris Tonietto (PSL-RJ)</p>	<p>Institui o Estatuto do Nascituro, que dispõe sobre a proteção integral do nascituro e dá outras providências.          O Projeto de Lei tem como objetivo primordial garantir, por meio da inclusão do Estatuto do Nascituro na legislação brasileira, o direito à vida e a proteção integral do nascituro - definido como indivíduo já concebido, mas ainda não nascido - em nosso país.</p>

<sup>17</sup> Trecho da Fala do Deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ) disponível em <<https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/renovada-bancada-evangelica-chega-com-mais-forca-no-proximo-congresso/>>. Acesso em 27 de maio de 2021.

<p><b>Programa Escola sem Partido (PL 246/2019)</b> Autores: Dep. Bia Kicis (PSL-DF) e outros.</p>	<p>Institui o “Programa Escola sem Partido”, aplicável aos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sob a justificativa de que “professores e autores de livros didáticos vêm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas, bem como para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral - especialmente moral sexual - incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis”.</p>
--	--

Fonte: Elaborado pelos autores.

Percebe-se que embora empreendam esforços para a elaboração de uma agenda ativa na proposição de leis que atendam a pauta “conservadora e cristã”, ainda não houve pela FPE nenhuma grande conquista, principalmente nos temas relacionados aos costumes, embora seja forte sua atuação quando se trata de obstruir projetos de leis considerados progressistas e contrários à “moral cristã”<sup>18</sup>.

Exemplo emblemático foi o PL 122/2006, conhecido por deliberar sobre a criminalização da homofobia. Tramitando há 08 anos sem avanços, após diversas manobras e manifestações contrárias de lideranças religiosas no parlamento que defendiam a tese de que a criminalização da homofobia violaria o direito à liberdade de expressão, o projeto de lei acabou arquivado em 2014 sem sequer ser aprovado pelas Comissões de Direitos Humanos e Constituição e Justiça do Senado Federal, pois havia uma forte resistência de opositores ao projeto.

Contudo, vale ressaltar que o segmento evangélico é diverso e, ao contrário da Igreja Católica, cuja referência é feita a sua unidade, a igreja evangélica não é homogênea, falando-se, na verdade, em igrejas evangélicas. O Censo de 2010, por exemplo, embora apresente os pentecostais como o maior segmento evangélico brasileiro e o segundo religioso ficando atrás apenas dos católicos, não menciona que os pentecostais são um grupo heterogêneo, formados por três vertentes: pentecostalismo clássico, deuterpentecostalismo e neopentecostalismo<sup>19</sup>. Percebe-se, então, que a designação mais adequada é “pentecostalismos” e não “pentecostalismo”, devido à sua heterogeneidade.

<sup>18</sup> Para Grudem (2016, p. 46): o fato básico é que, se os cristãos não falarem publicamente sobre o que a Bíblia ensina acerca do que é certo e do que é errado, não há muitas outras boas fontes para encontrar algum fundamento ético transcendente, nenhuma fonte que seja externa a nós e à subjetividade de nossos sentimentos e consciência.

<sup>19</sup> Para conhecer mais sobre as vertentes do Pentecostalismo, consultar MARIANO, Ricardo. Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

Considerando a heterogeneidade do segmento evangélico brasileiro, registre-se que nem todos os evangélicos apoiam a Frente Parlamentar Evangélica, pois o número de evangélicos progressistas tem crescido nas últimas décadas.

Por exemplo, o Congresso Internacional de Evangelização Mundial, idealizado e realizado pelo evangelista norte-americano Billy Graham e o inglês John Stott, reuniu mais de 2 mil teólogos oriundo de 150 nações, dentre eles, os latino-americanos René Padilha (Equador) e Samuel Escobar (Peru).

Desse congresso nasceu o Pacto de Lausane (1974)<sup>20</sup>, considerando a realidade social dos países evangelizados, lançou as bases da Teologia da Missão Integral<sup>21</sup> que contemplou a luta contra as desigualdades sociais no processo de evangelização, gerando, até hoje, muitas críticas das igrejas históricas que fazem analogias desta com a Teologia da Libertação<sup>22</sup> e, em casos mais extremos, com o marxismo.

Para Freston (2006, pp. 119-120), foi justamente essa preocupação com a realidade social que provocou a chamada “esquerdização da política evangélica” iniciada nas eleições de 1998 e reforçada nas eleições de 2002,

Um dos motivos da esquerdização da política evangélica é o contato com a realidade social. Dizia-se que as igrejas históricas haviam chegado ao Brasil com projetos sociais, que ao longo dos anos foram perdendo fôlego ou se secularizando, e que os pentecostais haviam surgido e crescido, mas praticamente sem projetos sociais. Já não se pode dizer o mesmo. Nos últimos anos, quase todas as igrejas entraram em peso na área social, embora em alguns casos esse esforço seja mais consciente do que em outros. De qualquer forma, um contato maior com a realidade social tende a trazer mudanças em médio prazo, uma das quais é maior abertura para pensar a necessidade de transformações políticas.

No Brasil nas eleições municipais de 2020, foi organizado e lançado um coletivo de evangélicos de esquerda, denominado Bancada Evangélica Popular - BEP<sup>23</sup>, para

<sup>20</sup> Pacto de Lausane: <<https://lausanne.org/pt-br/recursos-multimedia-pt-br/pacto-de-lausanne-pt-br/pacto-de-lausanne>>.

<sup>21</sup> Zwetsch, nesse contexto, destaca o “teólogo latino-americano, René Padilha, [que] elaborou o conceito de *missão integral* para dizer que a missão de Deus abrange a totalidade da vida humana em todas as suas dimensões, pessoais, psíquicas, espirituais, sociais, econômicas, ambientais” (ZWETSCH, 2010, pp. 39-40 apud ZEFERINO, 2017, p. 204).

<sup>22</sup> A teologia da libertação é “uma coleção de movimentos teológicos contemporâneos que interpretam a salvação e a missão da Igreja antes de tudo como a transformação de estruturas sociais opressoras - estruturas econômicas, políticas e sociais -, em vez de a redenção da culpa e do pecado pessoal”. (SAWYER, 2009, p. 493).

<sup>23</sup> Foi lançado oficialmente em 05/07/2020, em uma *live* no Facebook, por iniciativa de oito lideranças evangélicas: Ariovaldo Ramos (Pastor, Coordenador da Frente de Evangélicos Pelo Estado de Direito); Daniel Santos (Pastor na Comunidade Cristã na Zona Leste/SP); Eliad Dias (Pastora na Igreja Metodista

disputar vagas no executivo e legislativo dos municípios, e não somente isso:

Além da disputa institucional, o movimento tem como objetivo apresentar à sociedade um modo de ser evangélico ligado à defesa da justiça social e do amor ao próximo, como várias de suas lideranças declararam na mídia e em entrevistas realizadas em nossa pesquisa. Neste sentido, buscamos, por exemplo, se opor política e teologicamente a evangélicos conservadores que formam o grupo hegemônico na Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional<sup>24</sup>.

O pacto de Lausane e a Bancada Evangélica Popular, demonstram a diversidade da comunidade evangélica, bem como, explica a heterogeneidade da própria Frente Parlamentar Evangélica. Todavia, além dos evangélicos progressistas, muitos parlamentares evangélicos conservadores também não a reconhecem como representante dos evangélicos brasileiros.

Como corrobora o ex-parlamentar evangélico Carlos Alberto Bezerra Junior em seu livro *Fé Cidadã: quando a espiritualidade e a política se encontram ao se posicionar sobre a reivindicação da representatividade evangélica pela FPE*:

Mas, se formos nos ater apenas à chamada bancada evangélica, outra questão a se pensar é se ela representa o campo evangélico brasileiro. Assim como qualquer outra frente parlamentar (dada a pluralidade cultural, econômica e social que marca nosso país), a bancada evangélica *não* sintetiza essa totalidade. Em um país plural como o Brasil, com mais de 17 mil grupos religiosos (segundo Censo de 2010), reivindicar tal voz e representatividade é, no mínimo, pretensão. (BEZERRA JR, 2018, p.53).

A própria FPE é heterogênea em sua constituição, embora haja uma predominância notória de representantes da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Brasil<sup>25</sup>, a Igreja Universal do Reino de Deus e a Igreja Batista.

---

da Luz/SP); João Paulo Berlofa (Pastor na Igreja da Garagem, Coordenador do Coletivo Inadequados); Ricardo Assunção (Pastor nas lutas por Moradia, Frente de Luta por Moradia, Igreja da comunidade Metropolitana de São Paulo); Samuel Oliveira (Ativista, membro da Frente de Evangélicos Pelo Estado de Direito, membro na Comunidade Cristã na Zona Leste/SP); Valéria Vilhena (Pastora, Coordenadora da EIG - Evangélicas Pela Igualdade de Gênero, Igreja Metodista da Luz) e William Carvalho (Presbítero na Comunidade Cristã na Zona Leste/SP).

<sup>24</sup> CUNHA, *Christina Vital da*; MOURA, *João Luiz*. Esquerda nas eleições municipais 2020 - o caso da Bancada Evangélica Popular in *Plataforma Religião e Poder*. Disponível em: <<http://religioepolitica.com.br/eleicoes/>> acessado em 25 de junho de 2021.

<sup>25</sup> Segundo dados da Rede Latino-americana de Estudos Pentecostais (RELEP), As ADs são a maior denominação pentecostal do mundo. Formadas por grupos autônomos nacionais, presentes em 144 países, e, segundo estimativas da World Assembly of God Fellowship-WADF com 67,9 milhões de membros em 346.108 igrejas no mundo. Este grupo constituído por pesquisadores e acadêmicos

A Assembleia de Deus no Brasil, considerando o seu crescimento expressivo, através da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), lançou um programa de ação política para ampliar a participação e influência na política nacional, como registra o pastor e pesquisador Batista Davi Lago,

Desse modo, concomitante ao crescimento numérico e à penetração nos espaços públicos, os grupos evangélicos também passaram a se articular de modo mais organizado nos pleitos eleitorais. O projeto político Cidadania AD Brasil, da Conversão Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), de 2002, por exemplo, postulou três objetivos, tendo em vista as eleições daquele ano: permitir que as Assembleias de Deus tenham voz política para influir nas decisões tomadas nas casas legislativas e pelos os que governam o país; eleger candidatos comprometidos com a fé cristã e que sejam instrumentos de ação das Assembleias de Deus junto aos poderes constituídos; e lutar para que os imutáveis princípios da Palavra de Deus sejam o referencial dos que governam e daqueles que fazem as leis, “para que a justiça caminhe ao lado do progresso e não haja lugar para a corrupção em nosso país” (LAGO, 2018, p.39).

A Igreja Universal do Reino de Deus também investiu na busca por influência política, criando programas para incentivar a participação de sua membresia nas eleições, endossados por seu líder o Bispo Edir Macedo que lançou um livro defendendo que a participação dos evangélicos na política mais do que um plano de Deus é a vontade de Deus para o seu povo, para tanto faz analogias de passagens e personagens bíblicos para estimular os seus membros.<sup>26</sup>

Diante do exposto, pretende-se analisar na próxima seção, de forma mais detalhada, a Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional e suas relações com o segmento evangélico brasileiro, considerando suas aproximações e contradições no processo de busca por representatividade política.

### **FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA: consensos e dissensos - as contradições de uma frente política evangélica**

A Frente Parlamentar Evangélica - FPE que reivindica a representatividade

---

pentecostais independentes, sem vínculo denominacionais e sem vínculos partidários, disponibiliza em seu site um mapeamento das Assembleias de Deus nas Américas, disponível: <[https://7bc9f321-5377-4b1a-90cc-e6cb7cf16c29.filesusr.com/ugd/c4a7c3\\_0bfb13b9d7d94c2b81fe6d814e782020.pdf](https://7bc9f321-5377-4b1a-90cc-e6cb7cf16c29.filesusr.com/ugd/c4a7c3_0bfb13b9d7d94c2b81fe6d814e782020.pdf)>.

<sup>26</sup> O fato de estarmos tratando de um projeto de poder político não quer dizer que não é necessário usar os recursos disponíveis nesse mercado específico devido ao pensamento de que tudo se cumprirá por se tratar de algo que é desejo de Deus, e se é mesmo vai acontecer (MACEDO, 2008, p. 50).

política dos evangélicos no Congresso Nacional<sup>27</sup>, foi instituída em 18 de setembro de 2003, na 52ª legislatura (2003-2006) durante sessão solene em homenagem ao Dia Nacional de Missões Evangélicas, presidida pelo Deputado Federal Adelor Vieira (PMDB-SC) da Assembleia de Deus, constituindo-se como uma associação civil, de natureza não-governamental e sem fins lucrativos (GONÇALVES. 2011, p. 36 *apud* CAMPELO, 2018, p.34).

A regularização da FPE na mesa diretora da Câmara dos Deputados só ocorreu em 09 de novembro de 2015, motivada pelo crescimento exponencial da bancada, processo este iniciado com a eleição expressiva de 60 deputados federais que se autodeclaravam evangélicos no pleito de 2002. Visando a organização e articulação desses novos parlamentares, iniciaram as atividades da bancada evangélica. Prandi e Santos (2017, p.17) registram que:

Seu nome oficial é Frente Parlamentar Evangélica, mas essa frente é correntemente chamada de bancada evangélica pela mídia, pela literatura científica, pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) e por seus próprios membros.

A FPE ingressa no cenário político brasileiro com a confiança de reconhecer-se como representante do segundo maior grupo religioso do país, a saber, os evangélicos<sup>28</sup>. Segundo o Censo 2010<sup>29</sup>, os evangélicos foram o segmento social que mais cresceu no intervalo intercensitário de 2000 a 2010, passando de 15,4% em 2000 para 22,2% da população brasileira, um crescimento de cerca de 16 milhões de pessoas. O número de evangélico quase dobrou de 2000 a 2010, passando de 26,2 a 43,6 milhões de pessoas que se declararam evangélicas.

---

<sup>27</sup> O Congresso Nacional Brasileiro é bicameral, composto pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, e exerce o Poder Legislativo Federal, conforme o art. 44, da Constituição Federal de 1988 (CAMPELO, 2018, p.26).

<sup>28</sup> Destaca-se o fato de que há uma diversidade de igrejas evangélicas no Brasil, com diferentes propósitos e princípios cristãos, o que leva a inferir que nem todas se coadunam com as pautas defendidas pela Frente Parlamentar Evangélica, ou seja, a Frente não representa o pensamento único de todos os evangélicos. Reitera-se isso ao longo deste texto.

<sup>29</sup> IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010: número de católicos cae e aumenta número de evangélicos, espíritas e sem religião. Disponível em. <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=3&idnoticia=2170&view=noticia> acessado em 21 de maio de 2021.

Apresentando-se como representantes dos evangélicos<sup>30</sup>, segmento religioso em ascensão, a FPE estreou no Congresso Nacional como um novo ator da política brasileira, “A bancada evangélica, que indubitavelmente marca uma nova presença na cena pública nacional, dá visibilidade às igrejas evangélicas” (PRANDI e SANTOS, 2017, p. 2010).

Parte das lideranças evangélicas canalizaram as influências que exerciam em suas igrejas para capitalizar espaços na política. A esse respeito, Guadalupe e Carranza (2020, p.19) asseveram:

Os evangélicos, na prática, são os novos atores religiosos da política latino-americana, e isso ocorre porque certos líderes evangélicos pretendem estender sua militância religiosa à esfera pública e converter o seu ‘capital religioso’ em um rentável ‘capital político’.

Faz-se oportuno registrar que a viabilização da FPE só foi possível devido a uma mudança de paradigmas dos próprios evangélicos que passaram de uma compreensão bíblico-teológica negativa e excludente de tudo o que se referia à política<sup>31</sup> para a defesa da candidatura de políticos evangélicos em seus próprios púlpitos

Há poucos anos, falar sobre ‘evangélicos e política’ era simplesmente um paradoxo, porque havia um entendimento claro de que ‘irmãos’ não deveriam se relacionar com o mundo e menos ainda com a política, uma vez que ela contaminava e sujava os cristãos (a “greve social e política” da qual falou Lalive D’Epinay no final dos anos sessenta). (GUADALUPE e CARRANZA, 2020, p.18).

No entanto, o que se pode apreender dessa mudança de postura do segmento evangélico em relação à política é que não apenas passaram a compreender as reverberações e implicações das decisões políticas para a vida cotidiana da comunidade, como passaram a orientar que os membros de suas respectivas denominações religiosas deveriam votar somente em candidatos evangélicos,

---

<sup>30</sup> Segundo Magali da Cunha Nascimento, esse termo é comumente designado aos cristãos não católicos no Brasil, como efeito de uma conversão religiosa. Ao longo dos anos, a palavra foi mais assimilada que expressões “protestantes” e “crentes”, tem a sua origem nos missionários norte-americanos que se autoidentificavam como “evangelicals” ou “evangélicos”, “adeptos do conservadorismo protestante, que desejavam afirmar a sua fidelidade ao evangelho e não à Ciência ou à razão humana”. (NASCIMENTO, 2018, pp.43-44).

<sup>31</sup> No entanto, essas concepções bíblico-teológicas sobre o mundo e a política mudaram radicalmente no continente, e os novos evangélicos latino-americanos não apenas participam e desfrutam do mundo sem o menor remorso (‘teologia da prosperidade’), como também buscam purificá-lo (‘teologia da guerra espiritual’) e conquista-lo (‘teologia de domínio’ ou ‘reconstrucionismo’). (GUADALUPE e CARRANZA, 2020 apud SPYER, 2020, pp.18,19).

A maior presença dos evangélicos no campo da política partidária é parte desse contexto. Desde o Congresso Constituinte de 1988 e formação da primeira bancada evangélica e seus desdobramentos, a máxima “crente não se mete em política” foi sepultada. A máxima passou a ser “irmão vota em irmão” (CUNHA, 2012, p.187 *apud* NASCIMENTO, 2018, p.51).

A discussão se a FPE representaria o segmento evangélico brasileiro não deprecia o papel público da religião<sup>32</sup>, mas se orienta pelas pautas e bandeiras que eles defendem em seus exercícios parlamentares, bem como, na grande heterogeneidade do segmento evangélico brasileiro ao qual se pretendeu destacar nesse artigo.

A expansão da FPE ocorreu desde sua criação em 2003 até oficialização em 2015<sup>33</sup> com a abertura da Frente Parlamentar Evangélica, a políticos dos mais diversos matizes, mesmo não evangélicos, desde que alinhados aos princípios norteadores do grupo, como declara Campelo (2018, p.39):

A FPE não exige nem mesmo que seus membros sejam evangélicos. Conforme se verifica do art. 3º, caput, inciso II, de seu Estatuto, integram a FPE, como membros efetivos, “os parlamentares que subscvem o Termo de Adesão em data posterior à fixada na alínea anterior”. Não há qualquer outra exigência que não há [sic] de ser parlamentar (Deputado Federal ou Senador da República).

O crescimento da FPE nos últimos anos expressou-se não somente em números estatísticos, mas, sobretudo para uma construção de uma heterogeneidade da bancada evangélica, conforme registra o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar:

O DIAP classifica como integrante da bancada evangélica, além dos que ocupam cargos nas estruturas das instituições religiosas - como bispos, pastores, missionários e sacerdotes -, e dos cantores de música gospel, aquele parlamentar que professa a fé segundo a doutrina evangélica ou que se alinha ao grupo em votações de temas específicos. (DIAP, 2014, p.106).

<sup>32</sup> Uma pesquisa recente do Pew Research Center, citada pelo antropólogo Flávio Conrado, registrou que “68% dos trabalhadores acreditam que a igualdade de gênero aumentou no país nos últimos 20 anos, e 54% opinam que a diversidade étnica, racial e religiosa também aumentou, [mas] apenas 19% acreditam que os laços familiares se fortaleceram nestas duas décadas. Não é por acaso que 59% da população veem com bons olhos o papel público da religião, entre os quais 67% são religiosos ativos, como os evangélicos pentecostais (SPYER, 2020, pp. 203-204).

<sup>33</sup> Até a sua formalização, em 2015, embora utilizasse as instalações da Câmara dos Deputados, a FPE atuava de maneira informal por não estar regularmente inscrita como frente parlamentar naquela Casa, isto é, nos termos dos arts. 2º e 3º, do Ato da Mesa nº 69/2005, discutidos no tópico anterior. (CAMPELO, 2018, p.33).

A Frente Parlamentar Evangélica tem obtido a simpatia e mesmo apoio de parlamentares cristãos não evangélicos, como os congressistas católicos, inclusive votando em conjunto questões referentes à moral, a família e religião, formando a chamada Bancada da Bíblia (PRANDI e SANTOS, 2017, p.188). Paradoxalmente, a primeira bancada evangélica surgiu entre os anos de 1982 e 1986 em resposta a supostas ameaças de que católicos intentaríamos restringir a liberdade religiosa e obter privilégios na Constituinte de 1988<sup>34</sup>.

A partir dessa primeira bancada da década de 1980, os evangélicos tornam-se mais atuantes no âmbito político. Os discursos que eclodem nos templos, em defesa da utilização e abertura dos púlpitos para campanhas eleitorais dos candidatos das igrejas, alegavam sempre supostas ameaças de restrições à liberdade religiosa como argumentos de suas empreitadas políticas, através da instrumentalização da fé com fins eleitorais. Spyer (2020, p. 196) reforça essa análise ao afirmar que:

A instrumentalização da fé com finalidade eleitoral se dá a partir do argumento de que a igreja e o plano evangelizador de Deus correm perigo. Ricardo Mariano, sociólogo da USP, explica que “o argumento de que ‘a liberdade religiosa está em xeque’ é um trunfo decisivo para defender candidaturas evangélicas nos próprios cultos”.

Desse modo, a inspiração apriorística para criação da bancada evangélica seria a defesa da liberdade de manifestação da fé e, ainda hoje, as questões religiosas perpassam as atividades parlamentares dos que representam as igrejas evangélicas no Congresso Nacional, fazendo-se um verdadeiro malabarismo na linha tênue que divide a relação Estado<sup>35</sup> - Igreja.

Os evangélicos creem que a religião deve contemplar todas as dimensões da sociedade, portanto, fazendo-se necessária sua influência sobre o mundo secular para visando não ser subjugado por ele. Para Volf (2018: pp. 148-149), eles passam a assumir posição de militância e não se restringem mais a ficarem nas trincheiras de

<sup>34</sup> Nesse sentido, é interessante notar que o gatilho que levou os evangélicos a participarem da política nos anos 80 foi a suposta ameaça católica de restringir a liberdade religiosa em todo o continente; enquanto agora, os evangélicos buscam alianças de valor político com seus históricos rivais religiosos com o objetivo de implementar agendas “morais” e políticas comuns (GUADALUPE e CARRANZA, 2020, p.20).

<sup>35</sup> “A definição mais nobre que conheço de Estado e sua função é também antiquíssima: Aristóteles diz, em linguagem atualizada, que ‘o Estado existe para prover a boa qualidade de vida; não, simplesmente, a vida’. Por sua vez, outro sábio, Einsten, uma vintena de século depois, sintetiza o conceito que vem sendo repetido pelos santos padres: ‘O Estado existe para o Homem; não o Homem para o Estado’.” (FARHAT, 1996, p.400).

defesa da fé, mas se lançam à frente de batalha para conquistar mais espaços estratégicos, fazendo da religião à ordem do dia não apenas em seus lares ou igrejas,

Os crentes também estão cada vez mais dispostos a introduzir suas preocupações religiosas no escritório ou no chão da fábrica. Antes o que costumava acontecer era que os trabalhadores penduravam sua religião junto com o casaco no cabide da entrada. Em casa, a religião era importante; no trabalho, ela ficava ociosa. Esse não é mais o caso. Para muitas pessoas, a religião tem algo a dizer acerca de todos os aspectos da vida, inclusive o trabalho.

Todavia, esse pensamento não é unânime entre os todos os membros das igrejas evangélicas, pois se o exercício parlamentar por evangélicos políticos ou políticos evangélicos<sup>36</sup> ainda gera discussões nas comunidades religiosas, maiores tensões resultam quando atividades ou ações com fins políticos adentram as igrejas, sobem aos púlpitos. Quais práticas seriam aceitáveis ou não das incursões políticas nas igrejas? Para Grudem (2014, p.108), seria possível ensinar e orientar sobre as questões morais e políticas nas igrejas guardadas as devidas ressalvas,

Embora a lei proíba a realização de campanhas eleitorais dentro de igrejas, existem meios de ensinar sobre as questões morais em jogo numa eleição sem mencionar candidatos específicos ou mesmo partidos. Pode-se dizer apenas: “O partido A (ou candidato A) adora essa posição” e “O partido B (ou candidato B) adota essa posição” e deixar que os membros da igreja se informem a respeito de qual partido ou candidato defendem essas ideias (GRUDEM, 2014, p. 108).

No entanto, segundo Gilberto (2010: p. 234), não é concebível que as igrejas se envolvam nestas disputas políticas,

É postura condenável, portanto, envolve-la na luta partidária, que gera facções e chega até mesmo a transformar indivíduos em inimigos mortais. Muitos menos prometer os votos do rebanho em troca de benefícios pessoais - evidencia corrupção - ou coletivos, que são uma obrigação do Estado.

Embora haja divergências e a questão da relação igreja e política esteja longe de ser um consenso, fato é que a política tem feito parte do cotidiano das igrejas

---

<sup>36</sup> Visa-se aqui uma distinção entre aquele parlamentar que no exercício de seu mandato e em suas tomadas de decisões de pautam por orientações e preceitos religiosos (Evangélicos Políticos) daqueles que mesmo estando vinculado a uma igreja evangélica agem de acordo com seus próprios interesses e agendas (Políticos Evangélicos).

evangélicas. Além dos pastores em suas pregações abordarem assuntos políticos, teólogos e escritores evangélicos começaram a produzir obras sobre os cristãos e sua relação com a política, orientando tanto sobre a importância do voto quanto como escolherem seus candidatos.

Para Ferreira (2016, p.247), “no caso de um candidato evangélico, é bom averiguar se ele ou o partido não somente afirmam, mas estão de fato comprometidos com a separação entre a igreja e o Estado, lembrando que toda autoridade procede de Deus”.

No entanto, o que se observa nas igrejas evangélicas, sobretudo nas Pentecostais<sup>37</sup> e Neopentecostais<sup>38</sup> é que seus templos e púlpitos foram abertos para que seus candidatos e candidatas apresentassem à membresia suas propostas e bandeiras. Justamente nas igrejas pentecostais<sup>39</sup>, os políticos evangélicos exercem maiores influências e recebem mais apoio, registrando-se que a Assembleia de Deus<sup>40</sup>, a Igreja Batista e a Igreja Universal do Reino de Deus - IURD, juntas, representam mais de 50% da FPE. (SANTOS E SAMPAIO, 2015, p.208).

Nascimento (2018, p.48) destaca que “no Censo/IBGE de 2010, seis de cada dez evangélicos são de igrejas pentecostais, representando o grupo que mais cresceu em relação ao Censo de 2000; passaram de 10,4% em 2000 para 13,3%”. O que tem despertado também o interesse de pesquisadores para estudar a influência e os impactos dos pentecostais para sociedade<sup>41</sup>.

<sup>37</sup> São representantes de Igrejas Evangélicas que pautam suas práticas e ensinamentos a partir da perspectiva de doutrinas paracletológicas, isto é, baseado na Doutrina do Espírito Santo, expressa no Batismo no Espírito Santo evidenciado pelo falar em línguas. Seu marco histórico, firmou-se na Azusa Street, em Los Angeles, Califórnia, EUA, no início do século XX. Ver Dicionário do Movimento Pentecostal, de Israel de Araújo, CPAD, 2014.

<sup>38</sup> Vertente que congrega igrejas oriundas da terceira onda do pentecostalismo. Para Mariano (2014: p.33), O prefixo *neo* mostra-se apropriado para designá-la tanto por remeter à sua formação recente como ao caráter inovador do neopentecostalismo. Embora recente entre nós, o termo neopentecostal foi cunhado há vários anos nos EUA. Lá, na década de 70, ele designou as dissidências pentecostais das igrejas protestantes, movimento que posteriormente foi nomeado de carismático.

<sup>39</sup> É amplamente conhecido o fato de que diversas igrejas pentecostais têm a atividade política como uma de suas principais frentes (MACHADO e BURITY, 2014; CAMPOS, 2006; ORO, 2006 apud Prandi e Santos, 2017, p. 205).

<sup>40</sup> O censo de 2010 aponta a Assembleia de Deus como a maior igreja pentecostal do Brasil. Contudo é importante registrar que não se pode falar de uma Assembleia de Deus como algo uniforme, porém sim de Assembleias de Deus. Assim, embora compartilhem o mesmo prenome, possuem distinções de usos, costumes e em muitos casos até dogmáticos gritantes. Alguns pastores valem-se do capital simbólico do nome Assembleia de Deus e o usam fazendo apenas um complemento nominal para distinções. Ex: Assembleia de Deus + Cidade Refúgio.

<sup>41</sup> Em 2009, a Universidade do Sul da Califórnia fundou a Iniciativa para Pesquisas Pentecostais e Carismáticas (IPPCI) com uma doação de 6,9 milhões de dólares proveniente da Fundação Templeton. Em comunicado à imprensa datado de 24 de fevereiro de 2009, Donald Miller, porta-voz da Iniciativa para Pesquisas Pentecostais e Carismáticas, afirma: “Estamos interessados em saber a razão por que o

As igrejas pentecostais e neopentecostais fazem política à sua maneira aproveitando-se dos espaços criados pela crise institucional, Lago (2018:38), adverte que existem “espaços de poder vazios e os evangélicos não cessam de ampliar sua influência política” ante ao crescimento do descrédito dos partidos brasileiros,

No cenário atual, fruto talvez de uma crise institucional dos partidos políticos brasileiros, as igrejas pentecostais e neopentecostais atuam como proto-partidos. Por não se verem representados pelos partidos, os cidadãos recorrem a movimentos religiosos que atuam como organizações que identificam e representam interesses (BAQUERO; AMORIM, 2007 apud Santos e Sampaio, 2015, p.202).

Todavia, faz-se necessário indagar se a FPE representa em suas propostas e práticas os evangélicos e, se sim, quais evangélicos? Haja vista a FPE ser majoritariamente composta por representantes de grandes igrejas pentecostais e neopentecostais, como Assembleia de Deus e IURD, respectivamente, enquanto no Brasil, o número de denominações cresce a cada dia.

Ademais, registre-se que ainda existem muitos evangélicos que não apoiam essa inserção da Igreja na Política e nem tampouco as incursões da Política na Igreja, reputando tal relação como prejudicial tanto para Igreja, quanto para a sociedade.

Quando pastores tornam-se políticos, ou políticos invocam o nome de Deus na religião civil; quando artistas tornam-se evangelistas ou professores-pregadores (ou políticos) ou o ensino público, a arte e as ciências se tornam altamente politizados, há um profundo empobrecimento da sociedade (HORTON, 2006, p.37).

Um exemplo da apropriação política dos signos ou conteúdos religiosos para fins eleitorais se manifesta nos discursos do presidente Jair Bolsonaro (2019-atual), atualmente sem partido, que tanto durante sua campanha eleitoral quanto em seu mandato presidencial fez - e ainda faz - *lobby* com o segmento evangélico brasileiro,

“Deus” foi a segunda palavra mais usada por Bolsonaro nos primeiros dez meses de seu mandato, atrás apenas de “Brasil”. Nos eventos evangélicos de que participa, como a Marcha para Jesus (o primeiro presidente a fazê-lo), Bolsonaro gosta de recorrer a variações da frase “o Estado é laico, mas eu sou cristão” (ALEXANDRE, 2020, p.64).

---

pentecostalismo está crescendo tão rapidamente, o impacto que está causando na sociedade e como é diferente em vários contextos culturais.” (MENZIES, 2020, p.93).

Nesse sentido, tanto o presidente Bolsonaro quanto os parlamentares da FPE podem ser enquadrado no que Lasmar (2019, p.74) a partir de Antonio Vieira, chama de Providencialismo divino:

[...] alguns representantes da bancada evangélica poderiam perfeitamente ser enquadrados como defensores do providencialismo divino. Ou seja, a Providência divina os teria destinado à missão de “salvar o Brasil”, por meio de suas legislaturas, sendo, então, verdadeiros escolhidos por Deus entre os tantos homens.

A relação de Bolsonaro com o público evangélico se aprofunda através de contínuas citações do Presidente de versículos bíblicos ou frases prontas e jargões voltados para essa comunidade, mas, conforme assevera Alexandre (2020, p.160), a associação se deu desde cedo, começando com o famoso *slogan* de sua campanha: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Desta feita, cristaliza-se, cada vez mais, o fundamentalismo religioso, amparado pelo discurso daqueles que se julgam depositários da verdade. A esse respeito, Miguel (2018, p. 21), assinala:

O fundamentalismo se define pela percepção de que há uma verdade revelada que anula qualquer possibilidade de debate. Ativos na oposição ao direito ao aborto, a compreensão inclusiva de entidade familiar e a política de combate à homofobia, entre outros temas, os parlamentares fundamentalistas se aliam a diferentes forças conservadoras no Congresso, numa ação conjunta que fortalece a todos.

Nesse sentido, é preciso compreender que os esforços para demarcar espaços no legislativo por parte desses grupos, não estão associados apenas à defesa de suas pautas religiosas moralistas, mas estão em fina sintonia com os ideais neoconservadores ultraliberais que apregoam um modelo de sociedade centrada no indivíduo, nos interesses privados e que se afaste das concepções de Estado intervencionista, seja do tipo socialista ou mesmo nos moldes do Estado do bem-estar social. Nesse sentido,

Para os neoconservadores, a crise econômica que atingiu o capitalismo no final dos anos 1960 era antes de tudo uma crise moral, ocasionada pelo abandono dos valores tradicionais que governam a sociedade desde os primórdios da civilização, feito em nome de um igualitarismo artificialmente criado pela intervenção estatal. (ALMEIDA, 2018, p. 28).

É por essa via analítica que se entende a relevância para esse grupo que compõe a FPE, não só reivindicar pautas morais, mas aprovar inúmeras medidas legais que se constituem verdadeiras contrarreformas sociais, uma vez que atacam frontalmente os direitos da classe trabalhadora, direitos estes que, se cumpridos fossem, a colocaria numa condição mais ativa e ameaçadora no plano da luta social. Infere-se, assim, que interessa e é conveniente à bancada evangélica, obstaculizar um projeto de sociedade pautado na igualdade social. Para Lopes (2015, p. 06)

Na prática política, [...] a bancada evangélica, institucionalizada, atua não de acordo com a ética protestante e com as doutrinas reformadas, mas conforme as regras ditadas pelo mercado e, principalmente, pela tradição política brasileira, ignorando os princípios éticos e religiosos da própria Reforma.

Com efeito, Bolsonaro, ladeado por um discurso fortemente moralista de apelo à família e aos “homens de bem”, busca manter boa relação com a bancada evangélica e seus líderes, em sintonia com os interesses desse grupo, um exemplo recente disso foi à promessa feita em um de seus encontros:

Em julho de 2019, durante um culto na Câmara promovido pela “Bancada evangélica”, o presidente prometeu que, das duas indicações de ministros que poderia fazer ao STF, uma delas seria para alguém: “terrivelmente evangélico”. (ALEXANDRE, 2020, p.161).

Entretanto, por mais que se evidencie o avanço da Frente Parlamentar, expresso inclusive no número de políticos a ela filiados (as), realidade é contraditória. Nesse sentido, insiste-se em evidenciar duas questões: primeiramente, a Frente Parlamentar Evangélica não representa todos os evangélicos e, em segundo lugar, a FPE não possui controle sobre os votos de sua bancada e nem tampouco sobre os votos dos evangélicos brasileiros. Lopes (2015, p.04) já alertava que, “ao analisarmos o comportamento da representatividade evangélica no Congresso Nacional, é possível constatarmos, de certo modo, que ela não faz jus às demandas deste importante segmento social”.

Os parlamentares da FPE, visando agradar aos evangélicos que dizem representar, buscam sempre pautar e defender agendas que vão ao encontro dos anseios evangélicos. A esse respeito, a jornalista Andrea Dip, em seu livro-reportagem, registra a declaração de um ex-presidente da FPE que enaltecia uma bandeira

evangélica como se fosse uma agenda nacional:

A Frente Parlamentar Evangélica tem exercido um papel muito importante em contribuir com o processo legislativo, porque priorizou algumas bandeiras que são relevantes para a sociedade brasileira, como por exemplo, a defesa da família tradicional, me disse João Campos (PSDB-GO), em seu gabinete no Anexo IV da Câmara dos Deputados em 2015, quando ainda era presidente da FPE. (DIP, 2019, p. 52).

A proposição de projetos que incidem sobre as questões de natureza ético-morais e religiosas recebe maior destaque nos exercícios parlamentares evangélicos, bem como dos signatários da FPE, pois, no que tange a estas questões, sempre votam de forma uníssona. Nesse sentido,

Questões relacionadas a costumes e à moral, defesa da ética e da vida humana, além daquelas afetas à honra da família são as que geralmente unem a bancada evangélica. Legalização do aborto, regulamentação da união civil homoafetiva e pesquisas com células-tronco são temas emblemáticos sobre os quais os membros da bancada atuam de forma coordenada (DIEP, 2014, 106).

No entanto, visando responder às demandas da comunidade evangélica, tais parlamentares se preocupam mais em tentar obstruir, limitar e atrapalhar ao máximo possível projetos que, não obstante almejem beneficiar outros segmentos sociais, vão de encontro aos preceitos (preconceitos) defendidos por eles. Dessa forma, a bancada evangélica, embora se expresse como nova atora na cena política brasileira, conseguindo dar maior “visibilidade às igrejas evangélicas, [...] ainda não se mostrou capaz de orientar com eficácia e legitimidade nenhuma mudança de rota nos rumos do Brasil (PRANDI E SANTOS, 2017, p. 210)”. A FPE tem características mais reacionárias do que propositivas, isto é, eles se preocupam mais em barrar um projeto de lei Pró-LGBTqia+<sup>42</sup> do que propor uma lei Anti-LGBTqia+.

A professora Bruna Suruagy, autora da tese de doutorado “Religião e política: ideologia e ação da ‘Bancada Evangélica’ na Câmara Federal”, acrescenta ainda que a atuação dos parlamentares evangélicos vai mais no sentido de preservação de um *status quo* do que de criação de novas leis:” É uma atuação ideológica se posicionar contra projetos

<sup>42</sup> LGBTQIA+ é uma sigla que representa: lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transsexuais, queer e outros grupos de gênero e sexualidade. O termo foi aprovado no Brasil em 2008 em uma conferência nacional para debater os direitos humanos e políticas públicas de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transsexuais. Disponível em <https://prceu.usp.br/uspdiversidade/lgbtq-e-suas-abrangencias/> acessado em 24 de maio de 2021.

inovadores, transformadores (DIP, 2019, p. 50).

Outro aspecto de igual relevo é que os embates da FPE nesses campos de disputas político-ideológica, não devem ser superestimados, como enfatizam Prandi e Santos (2017, p.202),

Cabe, porém, não superestimar o poder da bancada evangélica mesmo nesse tema. Como já dissemos anteriormente, a atuação desses parlamentares tende a ser eminentemente reacionária. Ou seja, é muito mais provável que eles atuem para se opor à criminalização da homofobia do que para propor a criminalização da homossexualidade, por exemplo.

A FPE prioriza temáticas de cunho reacionário como o combate ao que chamam de ideologia de gênero e escola sem partido, em detrimento de temas realmente relevantes para a sociedade brasileira como afirma Spyer (2020, p. 199):

Os parlamentares da bancada evangélica via de regra não se mobilizam para combater a corrupção, para defender projetos para melhorar as condições de saúde e educação no país, e desprezam perspectivas sociológicas ou até cristãs sobre violência para defender a repressão policial e o encarceramento como meios para resolver o problema da violência urbana.

Os parlamentares evangélicos, então, na prática, atuam nas votações mais como políticos evangélicos do que como evangélicos políticos, embora isso não os impeçam de ter bandeiras prioritárias e objetivos práticos esteirados na defesa de suas instituições religiosas e no alargamento de ganhos tributários como a defesa aguerrida da isenção fiscal das igrejas e outras concessões estatais. Assim,

A ênfase do trabalho desses parlamentares tem também um objetivo prático, relacionado a defender vantagens tributárias, alvarás de templos e concessões de rádio. Essa atuação bastante coordenada contrasta com o desinteresse por causas de importância nacional (SPYER, 2020, p.199).

Todavia, ainda que a FPE defenda e execute algumas pautas de interesse da comunidade evangélica, ela de forma alguma representa o segmento evangélico em sua totalidade, pois nem todos os políticos atuantes no Congresso que são evangélicos fazem parte dela (SPYER, 2010, p.197) e outros religiosos sequer cogitam a possibilidade de ingressar na Frente (SANTOS E SAMPAIO, 2015, p.207). Dito isto, é pertinente registrar que muitas das críticas imputadas a FPE ou aos políticos

evangélicos são quase compulsoriamente estendidas aos evangélicos em geral, mas é preciso destacar contradições nesse processo, uma vez que nem todos os evangélicos comungam dos pensamentos e nem tampouco endossam as práticas realizadas por esses parlamentares. Nesse sentido, é

Importante destacar, entretanto, como observa a jornalista e professora doutora Magali do Nascimento Cunha, da Universidade Metodista de São Paulo, em estudo sobre a bancada evangélica eleita em 2014, que este grupo parlamentar “não representa um bloco evangélico que pensa e age de forma única. Assim como não existe um voto evangélico, e muito menos um representante deste grupo, que fale em nome dele; o grupo eleito está vinculado a diferentes igrejas, que formam um universo, plural e cheio de tensões”. (DIEP, 2014, p. 107).

Ao se afirmar que a FPE não representa a totalidade do segmento evangélico, faz-se oportuno indicar algumas razões que justificaria tal questão, por exemplo, o comportamento fisiologista<sup>43</sup> dos seus membros no Congresso Nacional que mais do que representar seus segmentos sociais, buscam seus próprios benefícios.

Outro ponto determinante ao analisar-se a representatividade da FPE é compreender qual o real poder e abrangência da influência desta sobre a fidelidade e votos de seus membros.

Para Santos e Sampaio (2015, p.214), os parlamentares da FPE seguem individualmente seus próprios interesses, ou seja, votam de acordo com a possibilidade de maximizar seus ganhos eleitorais em detrimento da orientação dos líderes partidários. Destarte, “não existe um voto evangélico” (DIEP, 2014) e segundo Ricardo Mariano, “por ter uma bancada com grande heterogeneidade partidária e denominacional não tem poder para uniformizar a atuação parlamentar de seus membros” (SPYER, 2020, p.197).

A heterogeneidade decorrente do grande número de denominações e orientações divergentes das lideranças eclesiais quanto à relação da igreja e política, também influencia no destino dos votos dos evangélicos, sobretudo dos pentecostais e neopentecostais que são considerados promissoras fontes de votos<sup>44</sup>

<sup>43</sup> A palavra fisiologismo - bem assim seus derivados, como fisiologista - é empregada, em política, em sentido sempre depreciativo. Indica a ação de políticos, em geral, e dos parlamentares, em particular, condicionada e determinada, principal ou exclusivamente, pelos seus interesses pessoais ou pelos de sua clientela. (FARHAT, 1996, p.436).

<sup>44</sup> Segundo Ricardo Mariano, o poderio eleitoral dos pentecostais, “tão avidamente cobiçado por partidos e candidatos, e por isso tornado sua moeda de troca a cada pleito, embora não seja pequeno,

Conforme indica o pesquisador e pastor batista Davi Lago, a diversidade de perspectivas presente na atividade política evangélica se reflete na pulverização do “voto evangélico”. “Nas eleições presidenciais brasileiras de 2014, os três primeiros colocados no primeiro turno receberam, cada um, o apoio de segmentos evangélicos diferentes”, lembra. (SPYER, 2020, p.197).

Contudo, não se deve superestimar a atuação da FPE no Congresso Nacional, de igual modo não se pode subestimar, pois ela é uma bancada que se faz notar e ouvir nos palcos da política brasileira:

É uma bancada barulhenta, intempestiva, aguerrida, beligerante, e esse barulho cria impressão de volume, de quantidade, de poder, de coesão. Acho que também é uma estratégia de parecer maior do que é, pelo grito - como acontece nas próprias igrejas. As Igrejas têm esse discurso de guerra, de combate. (DIP, 2019, p. 53).

Devido à defesa de pautas conservadoras e propostas de projetos de cunho moralista, os evangélicos têm sido associados quase que instantaneamente aos movimentos direitistas, mas, na prática, essa curva à direita não é tão automática assim, pois o movimento de evangélicos progressistas<sup>45</sup> tem crescido nas últimas décadas.

Faz-se necessário também registrar que a preocupação de religiosos progressistas, sejam evangélicos, católicos ou de qualquer outra expressão religiosa com a questão da desigualdade social e atenção aos pobres não é algo recente e até coerente com princípio do amor ao próximo.

Vale registrar que o teólogo e político holandês Abraham Kuyper<sup>46</sup>, no início do século XX, se reunia com seus pares para responder a seria pergunta: “Como crentes em Cristo, de que maneira devemos agir, com vistas às necessidades sociais de nosso tempo?” (KUYPER, 2020, pp.93-94).

---

costuma ser menor do que o por eles alardeado. Vendem gato por lebre” (1999, p. 235 apud Prandi e Santos, 2017, p. 207).

<sup>45</sup> Para os evangélicos de vertente progressista, a razão de suas práticas engajadas e o sentido de suas ações são fundamentadas em seus elementos de fé e obediência a esse sentido. Porém o que fazia com que os evangélicos progressistas, sendo minoria tanto na política quanto entre os evangélicos, mantivessem seu posicionamento? Uma hipótese é que antes mesmo do período da abertura democrática o referencial teórico do grupo fosse estritamente teológico - uma interpretação coerente de crença e prática que foi apropriada e aplicada ao contexto social e político brasileiro. Não seria um acréscimo de elementos, mas a resignificação de suas crenças em seu contexto sócio-histórico, fazendo relação e sentido entre o que se professa e o que se pratica (COSTA, 2018, p.549).

<sup>46</sup> Uma das contribuições importantes de Kuyper foi a sua insistência em que os cristãos na política servissem à nação como um todo e que não apenas promovessem o próprio bem. (HORTON, 2006, p.29).

Os teólogos da Teologia da Missão Integral possuem uma cosmovisão<sup>47</sup> totalmente distintas das que orienta os pensamentos e práxis da FPE quanto à questão social e os pentecostais precisam despertar para sua responsabilidade social nas comunidades onde tem crescido sua presença, como adverte Horton (1996: p. 605).

Como pentecostais, devemos reconhecer que nosso crescimento explosivo entre os setores mais indigentes da humanidade exige que consideremos com seriedade como poderemos participar de modo mais poderoso e marcante no ministério de servo. O fato de estarmos crescendo de modo sem precedentes nalgumas partes não-ocidentais do mundo é por acaso. É justamente nesses lugares que a população, de modo geral, está oprimida e sem dignidade.

Este pensamento dos teólogos da missão integral encontra muito resistência entre muitas igrejas pentecostais justamente por sua preocupação e atenção as questões sociais por relacionar tal pauta aos movimentos de esquerda, chegando em alguns casos de atenuar a Teologia da Missão Integral de marxismo desfaçado.

### Considerações finais

Considerando o que até aqui foi exposto e analisado sobre a representatividade da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional, primeiramente não podemos superestimar sua influência e atuação. Além disso, é salutar compreender seu papel como agente político que representa o pensamento neoconservador, às vezes reacionário, ancorado numa visão de mundo única.

A representatividade da FPE chama atenção à medida que ganha notoriedade o crescimento da comunidade evangélica no Brasil, mas, sua força se esvai pela ausência de projetos e ações parlamentares que possibilitem benefícios reais e transformadores da sociedade brasileira como um todo, independente de credo.

No que tange à reivindicação da FPE como representante do segmento evangélico brasileiro, verificou-se que ela não expressa a opinião e pensamento majoritário deste grupo e que suas práticas são norteadas mais pelas regras do mercado do que pelo os princípios e valores cristãos que norteiam e caracterizam tal comunidade.

Destaca-se, ainda, o fundamentalismo religioso que impregna seus discursos,

---

<sup>47</sup> O conceito de cosmovisão tem várias origens. Uma delas é a filosofia ocidental, em que a palavra alemã *Weltanschauung* foi traduzida por Immanuel Kant e utilizada por autores como Kierkegaard, Engels e Dilthey quando refletiram sobre a cultura ocidental. (HIEBERT, 2016, p. 17).

eivados de uma concepção de mundo que segrega os indivíduos, que elege bastiões da sabedoria divina, arautos do saber do evangelho, em detrimento das minorias excluídas da sociedade pela mão do mercado, do Estado e dos legisladores. Essas minorias são, assim, empurradas para a vala daqueles que não são “homens de bem”, dos que não merecem lugar ao sol, os que são impuros, impróprios.

Como corrobora Viera (2018), urge compreender e considerar as lutas pela justiça social e a própria luta dos oprimidos presentes na tradição bíblica, no sentido de que a própria história de seus povos estava incrustada na opressão. Negar a desigualdade social, fruto da profunda desigualdade material é, também, sepultar essa história. Substituir esse debate pelos padrões de moralidade é afastar-se da defesa daqueles que historicamente aparecem de forma tão recorrente nas questões bíblicas, e é neste livro que dizem tais parlamentares se apoiarem, em um discurso que se despe de tolerância, de generosidade pelo humano oprimido e diverso.

Por fim, reafirma-se que a FPE não representa, não tem o domínio e nem o controle sobre a fidelidade dos membros da bancada evangélica no Congresso Nacional e nem tampouco responde pelos votos absolutos ou majoritários dos evangélicos no Brasil, sequer expressa de forma absoluta às visões de mundo e do divino dos indivíduos que constituem o segmento evangélico.

## Referências

- ALEXANDRE, Ricardo. **E a verdade os libertará**: Reflexões sobre religião, política e bolsonarismo. 1.ed. São Paulo: Mundo Cristão, 2020.
- ALMEIDA, Silvio Luiz. Neoconservadorismo e liberalismo. In: GALLEGGO(org.) **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. Boitempo: São Paulo, 2018.
- BARRETO, Stênio de Freitas. **Direitos, religião, liberdade religiosa e comportamento parlamentar**: evolução na História até a atual influência das bancadas religiosas. Joinvil, SC: Clube de autores, 2019.
- BEZERRA JR, Carlos Alberto. **Fé cidadã**: quando a espiritualidade e a política se encontram. 1.ed. São Paulo: Mundo cristão, 2018.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Frentes Parlamentares**. Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional. Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente\\_Parlamentar/54010-integra.pdf](https://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/54010-integra.pdf)>. Acesso em 26 de maio de 2021.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2672/2019**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em:

- <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1742497&filename=PL+2672/2019](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1742497&filename=PL+2672/2019)> . Acesso em 28 de maio de 2021.
- BRASIL. Senado Federal. **Proposta de Emenda Modificativa ao PLS n° 612 de 2011**. Brasília, DF: Senado Federal, 2017. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=5086490&disposition=inline>>. Acesso em 28 de maio de 2021.
- BURITY, Joanildo. Itinerário histórico-político dos evangélicos no Brasil. In: GUADALUPE; CARRANZA (Orgs.). **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 195-215.
- CAMPELO, Rodrigo Ferreira. **Memória, efeitos-sentido e Frente Parlamentar Evangélica: envolvimento com a corrupção e funcionamento na admissibilidade do processo impeachment de Dilma Rousseff**. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2018.
- COSTA, Fernando Coelho. **Evangélicos progressistas: uma experiência política no período de abertura democrática no Brasil** In: Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade (RICS) São Luís - Vol. 4 - Número Especial - Jul./Dez. 2018. São Luís - Vol. 4 - Número Especial - Jul./Dez. 2018
- DIEP. **Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019**. Departamento de Assessoria Parlamentar. Brasília, DF: DIAP, 2014.
- DIP, Andrea. **Em Nome de Quem: a bancada evangélica e seu projeto poder**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- DOOYEWEERD, Herman. **Estado e Soberania: ensaios sobre cristianismo e política**. São Paulo: Vida Nova, 2014.
- FERREIRA, Franklin. **Contra a Idolatria do Estado: O papel do Cristão da Política**. São Paulo: Vida Nova, 2016.
- FRESTON, Paul. **Religião e política, sim. Igreja e Estado, não - Os evangélicos e a participação política**. Viçosa, MG: Ultimato, 2006.
- GUADALUPE, José Luis Pérez. Brasil e os novos atores religiosos da política latino-americana. In: GUADALUPE; CARRANZA (Orgs.). **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 17-109.
- GRUDEM, Wayne. **Economia e Política na Cosmvisão Cristã: contribuições para uma Teologia Evangélica**. São Paulo: Vida Nova, 2016.
- \_\_\_\_\_. **Política Segundo a Bíblia: Princípios que todo cristão deve conhecer**. São Paulo: Vida Nova, 2014.
- HIEBERT, Paul G. **Transformando cosmovisões: uma análise antropológica de como as pessoas mudam**. São Paulo: Vida Nova, 2016.
- HORTON, Michael S. **O Cristão e a Cultura: orientação bíblica para o crente**. 2.ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2010**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/22107>>. Acesso em 24 de maio de 2021.
- IBGE. Agência IBGE Notícias. **Número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14244-asi-censo-2010-numero-de-catolicos-cai-e-aumenta-o-de-evangelicos-espíritas-e-sem-religiao>>. Acesso em 24 de maio de 2021.
- KUYPER, Abraham. **O problema da pobreza: a questão social e a religião cristã**. Tradução: Minka Lopes. 1.ed. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2020.
- LASMAR, Mônia Medeiros. **A influência da religião na política brasileira: da colonização indígena pelos jesuítas à bancada evangélica do congresso nacional**. Belo

Horizonte: Casa do direito, 2019.

LOPES, Guilherme Esteves Galvão. **Por que os evangélicos não mudaram o Brasil? Análise histórica da atuação evangélica no Congresso Nacional (1982-2006)** in XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis, 2015.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. **Evangélicos, Mídia e Poder: Uma análise da atuação parlamentar na Assembléia Nacional Constituinte (1987-1988)**. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

MACEDO, Bispo. **Plano de Poder: Deus, o Cristão e a Política**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MARINI, Luísa; CARVALHO, Ana Luiza de. **Renovada, bancada evangélica chega com mais força no próximo Congresso**. **Congresso em Foco**, 17 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/renovada-bancada-evangelica-chega-com-mais-forca-no-proximo-congresso/>>. Acesso em 27 de maio de 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. **A reemergência da direita brasileira**. In: GALLEGO(org.) **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. Boitempo: São Paulo, 2018.

NASCIMENTO, Valmir. **Entre a Fé e a Política - Participação dos evangélicos no processo político-eleitoral: Reflexões sobre a legitimidade, abuso de poder e ética cristã na esfera pública**. 1. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2018.

PRADI, Reginaldo; SANTOS, Renan William dos. **Quem tem medo da bancada evangélica?** Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica In: *Tempo Social revista de sociologia da USP*, v. 29, n. 2, pp. 187-213, 2017.

QUEIROZ, Christina. **O crescimento da fé evangélica**. **Nexo Jornal**, 09 de dezembro de 2019. Disponível em <<https://www.nexojornal.com.br/externo/2019/12/09/O-crescimento-da-f%C3%A9-evang%C3%A9lica>>. Acesso em 18 de junho de 2021.

SANTOS, Rodrigo; SAMPAIO, Thiago. **Análise do Comportamento da Frente Parlamentar Evangélica no Brasil (2011-2015)** In: *Revista Eletrônica de Ciência Política*, vol. 6, n. 2, 2015.

SPYER, Juliano. **O Povo de Deus: Quem são os evangélicos e por que eles importam**. São Paulo: Geração Editorial, 2020.

VIEIRA, Henrique. **Fundamentalismo e extremismo não esgotam experiência do sagrado nas religiões**. In: GALLEGO(org.) **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. Boitempo: São Paulo, 2018.

VOLF, Miroslav. **Uma fé pública: como o cristão pode contribuir para o bem comum**. Tradução: Almiro Pisetta. 1.ed. São Paulo: Mundo Cristão, 2018.

Recebido: 30 Jun 2021

Aceito: 03 Dez 2021